

ÁREA PORTUÁRIA



Governo estadual avalia que impasse não deve ter impacto na revitalização da área

Marca Cais Mauá deverá ir a leilão

ROGER SILVA
roger.silva@zerohora.com.br

Interessados em participar comercialmente do projeto de revitalização dos armazéns e docas do cais de Porto Alegre podem ter de arcar com uma despesa surpresa em relação ao nome do local. Isso porque o termo Cais Mauá é uma marca que foi registrada pela antiga concessionária, a Cais Mauá do Brasil S/A.

Em 26 de maio, os direitos de utilizar esse nome foram bloqueados pela Justiça, por conta de dívidas da empresa com uma prestadora de serviço dela em Porto Alegre. Agora, essa marca vai a leilão. Quem arrematá-la poderá estabelecer preço, negociar e cobrar pelo uso comercial do nome Cais Mauá.

Em decisão do 1º Juízo da 11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, a marca foi determinada como o único bem da Cais Mauá do Brasil S/A que ainda pode servir como pagamento de dívida de cerca de R\$ 200 mil que a empresa tem com a BH Comunicação. Em 2019, a BH prestou assessoria à Cais Mauá S/A quando a empresa teve seu contrato de concessão rompido pelo governo do Estado por descumprimento de metas acordadas.

Três anos depois, a antiga concessionária tem o CNPJ inativo, os acionistas pedem uma indenização

de R\$ 60 milhões ao governo estadual, e ela teve penhorada a marca registrada ainda em 2016 junto ao Instituto Nacional de Patrimônio Industrial (INPI) – autarquia do Ministério da Economia.

– Não nos restou alternativa para cobrar as parcelas mensais pelos serviços prestados de assessoria de comunicação. A marca ainda é do Cais Mauá S/A, mas está penhorada. Isto é, bloqueada judicialmente, suspensa para uso. Estamos providenciando avaliação do valor da marca para levar à Justiça e ela autorizar leilão nos parâmetros que se deve ainda este ano – explica o advogado da BH Comunicação, Marco Antônio Campos.

Ação

Assim, quando alguém adquirir os direitos sobre o nome Cais Mauá (cujo leilão pode ter lance inicial entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil, segundo Campos) poderá estabelecer um preço para cobrar de outras iniciativas que queiram utilizar a marca comercialmente.

Caso não apareçam interessados no leilão que será marcado, ofertas avulsas de compra poderão ser feitas por meio das instâncias jurídicas em que o processo corre.

Se a marca for arrematada por mais do que o valor devido pela empresa, o excedente retornará aos acionistas, de acordo com a defesa da BH Comunicação.

A BH Comunicação ressalta que não tem nenhum interesse em adquirir a marca, apenas de receber o dinheiro que foi acordado por ela e a então contratante, Cais Mauá do Brasil S/A. A empresa moveu a ação em agosto de 2020 e espera que o leilão seja o desfecho da reivindicação judicial de modo que não interfira na reforma dos armazéns e docas do cais.

Um dos advogados dos representantes da Cais Mauá do Brasil S/A, Alexandre Pasqualini, afirma que “há sólidas razões jurídicas em seu favor” no caso do pedido de indenização por parte do governo do Estado, no valor de R\$ 60 milhões.

O outro representante jurídico, que trata apenas da questão da marca penhorada, não respondeu ao contato da reportagem até a fechamento desta edição.

Estado

Já a Secretaria Extraordinária de Parcerias do governo estadual deu a sua versão sobre o caso, salientando que não afeta a revitalização da área portuária: “O assunto já foi analisado anteriormente pelo Estado, BNDES e Consórcio Revitaliza e se chegou ao entendimento de que não impacta de nenhuma forma no processo de revitalização do Cais Mauá. A avaliação é de que se trata de um nome público, que consta, inclusive, em legislações estadual e municipal”.

“SOS LEITE”

Asilo Padre Cacique pede doações em Porto Alegre

FRANCINE SILVA
francine.silva@rdgaucha.com.br

Com a despensa quase vazia, o Asilo Padre Cacique, em Porto Alegre, estendeu duas faixas em frente ao prédio com um forte apelo: SOS Leite. Desde quarta-feira, a campanha busca sensibilizar a comunidade e garantir o leite dos mais de cem idosos que vivem no local.

De acordo com o presidente da instituição, Edson Brozoza, o alimento é fundamental para os moradores do asilo, já que é rico em cálcio e auxilia no fortalecimento ósseo.

– Queremos conchamar as pessoas a não só doar, mas para que possam conhecer o trabalho do Asilo Padre Cacique e assim sentir o carinho e cuidado que temos com nossos moradores. Se as visitas presenciais ainda não são possíveis, acessar nossos canais e redes sociais já ajuda a

entender como funciona o nosso trabalho – diz Brozoza.

Além do leite, estão com os estoques baixos itens como achocolatado diet, amido de milho, aveia, azeite de oliva, bolacha salgada, café, extrato de tomate e sardinha. Além dos alimentos, o asilo precisa de doações de material de higiene e limpeza, como também medicamentos.

Como ajudar

As doações podem ser entregues na sede da instituição todos os dias, das 7h às 20h. O asilo fica na Avenida Padre Cacique, 1178, bairro Menino Deus.

Também podem ser feitas doações através de Pix. A chave é o CNPJ do Asilo Padre Cacique: 92.978.139/0001-22. E há outras possibilidades de fazer doações financeiras com segurança.

Mais informações no site www.asilopadrecacique.com.br/ajuda.



Mensagem exibida na fachada do prédio da entidade

NOVIDADE

Em teste, bicicletas elétricas começam a operar na Orla

LISIELLE ZANCHETTIN
lisielle.zanchettin@rdgaucha.com.br

Quem passar pela orla do Guaíba ou em outros espaços públicos de Porto Alegre aos fins de semana poderá alugar bicicletas elétricas para passeio. O serviço, oferecido pela startup Volta E-Bike, já opera em forma de teste. Os equipamentos estarão disponíveis apenas nos finais de semana. Aos sábados, estarão em locais como Praia do Iberê, Redenção, Parcão, Praça da Encol, Parque Germânia e Ipanema. Já aos domingos, o aluguel será oferecido só no trecho 3 da Orla, próximo da pista de skate.

A prefeitura da Capital autorizou o funcionamento dos equipamentos, sem estação fixa, até dezembro. Para utilizar a bicicleta elétrica, o usuário deve baixar o aplicativo Volta E-Bike, realizar o cadastro e o check-in. Para realizar o desbloqueio, é cobrado um valor de R\$ 5, além do adicional de R\$ 0,70 a cada minuto utilizado. Uma viagem de 10 minutos, por exemplo, terá custo de R\$ 12. Não há necessidade de carteira de habilitação.

No entanto, devem ser seguidas regras de circulação como velocidade máxima de 6 km/h em áreas de circulação de pedestres e de até 20 km/h em ciclovias.